



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

15a
2

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CIVEL N.º 0241227-1

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE

APELADO: SEBASTIÃO BRAZ DE SOUZA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELO NÃO PROVIDO. CORTE INDEVIDO DE ENERGIA ELÉTRICA. FATURAS PAGAS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO ADESIVO. MAJORAÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO.

1. Recurso interposto em face da sentença que condenou a CELPE ao pagamento de R\$ 3.000,00(três mil reais) a título de indenização por danos morais.
2. Corte indevido do fornecimento de energia elétrica. Faturas comprovadamente pagas.
3. Ausência de provas da inadimplência da parte autora.
4. Recurso Adesivo interposto pela apelada, no sentido de majorar o *quantum* indenizatório.
5. Apelo não provido.
6. Recurso adesivo provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nestes autos, acordam os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 21 / 03 / 2013, à unanimidade em **NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação**, bem como em **DAR PROVIMENTO ao recurso adesivo**, tudo conforme os votos e Notas Taquigráficas, anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife,

21/03/2013

Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

RJ
147
98

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CIVEL N.º 0241227-1

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE

APELADO: SEBASTIÃO BRAZ DE SOUZA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Cuida-se de Apelação Cível interposta pela CELPE, em face da sentença de fls.57/57v, prolatada pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada, que condenou a empresa ré, ora apelante, ao pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais causados ao apelado quando da interrupção do fornecimento de energia elétrica.

Em suas razões recursais às fls.75/91, a CELPE alega a inadimplência do autor junto à concessionária na época da suspensão da energia, sendo o próprio autor o responsável pela medida supostamente legal tomada pela empresa.

Nas contra-razões de fls.98/107, aduz o apelado que a suspensão no fornecimento de energia elétrica é ato ilícito caracterizador de danos morais, uma vez que estava adimplente junto à empresa, conforme comprovante de pagamento de fls.23/24. Alega, ainda, a inexistência de quaisquer provas, por parte da CELPE, capazes de corroborar com a tese de inadimplência.

Às fls.108/117, o apelado interpõe Recurso Adesivo, no sentido de que haja majoração do *quantum* indenizatório para os R\$ 10.000,00(dez mil reais) requeridos na peça vestibular.

Em sede de contra-razões do Recurso Adesivo, a empresa ré, ora apelante, sustenta a tese de inadimplência do apelado à época da interrupção do fornecimento de energia, defendendo como lícita sua conduta.

É o que há de relatar. Ao Douto revisor.

Recife, 23/01/2012.


~~Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Desembargador Relator



152
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CIVEL N.º 0241227-1

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE

APELADO: SEBASTIÃO BRAZ DE SOUZA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO

A sentença de fls.57/57v prolatada pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada julgou parcialmente procedente o pleito autoral, condenando a CELPE, ora apelante, ao pagamento de indenização a título de danos morais no valor de R\$3.000,00(três mil reais), frente à suspensão indevida do fornecimento de energia.

Em sede de apelo, a CELPE alega que a sua conduta foi lícita, defendendo a tese de inadimplência do apelado, não obstante a comprovação, por parte do apelado, do pagamento da conta de energia (fls.23/24). A CELPE, portanto, não junta aos autos quaisquer provas quanto à referida inadimplência.

O apelado, ao interpor o Recurso Adesivo de fls. 108/117, requereu a majoração do valor indenizatório para R\$ 10.000(dez mil reais).

Através do comprovante de pagamento juntado aos autos, o apelado prova a quitação da conta de energia junto à CELPE. A suspensão no fornecimento de energia, então, resta indevida, gerando a obrigação de indenizar por parte da empresa.

Desta forma, não merece razão o apelo da CELPE, uma vez que não há qualquer menção à documento comprobatório capaz de corroborar com a tese de inadimplência da parte.

Quanto aos danos morais causados à parte pela apelante, eis o entendimento desde Egrégio Tribunal:

“DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. FATURAS DEVIDAMENTE PAGAS. CONSTRANGIMENTO PRESUMIDO. PROVIMENTO PARCIAL AO APELO. 1.No caso, não houve notificação prévia ao consumidor, o que afirma a ilegalidade da conduta da



153

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

CELPE. 2. Configuração do dever de indenizar, eis a presença dos respectivos elementos conceituais. Impende salientar que o corte indevido de energia elétrica faz presumir o dano moral, a teor de precedentes jurisprudenciais do STJ.” (AC Nº 176020-9 Rel. Milton José Neves).

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CORTE INDEVIDO DE ENERGIA ELÉTRICA E INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR. FATO RECONHECIDO EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. POSTERIOR AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. A consumidora teve o fornecimento do produto (energia) interrompido indevidamente (corte) em sua residência por mais de trinta dias. A prolação de sentença determinando o restabelecimento da energia elétrica e reconhecendo a inexistência da obrigação da apelada em pagar à apelante quantia referente a consumo, caracteriza a ilicitude da conduta da CELPE e, conseqüentemente, impõe o dever de reparar o dano mediante justa indenização.” (AC Nº 135941-7 Rel. Jovaldo Nunes Gomes).

Com relação ao *quantum* indenizatório fixado na sentença em R\$ 3.000,00 (três mil reais), este encontra-se aquém do montante, normalmente, fixado por esta Corte em casos desta espécie.

Entendo que, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, visando assegurar à autora o ressarcimento justo e adequado à realidade fático-processual apresentada na lide, mister se faz majorar o montante indenizatório para o valor requerido na exordial.

Como conclusão, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO** interposto pela CELPE e de **DAR PROVIMENTO** ao recurso Adesivo interposto por Sebastião Braz de Souza, de forma a majorar o *quantum* indenizatório para R\$ 10.000,00(dez mil reais).

É como voto.

Recife, 21/03/2013

Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador Relator



155
6

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
COMARCA: SERRA TALHADA - 2ª VARA CÍVEL
TIPO: APELAÇÃO CÍVEL
PROCESSO N.º: 241.227-1
APELANTE(S): COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE
APELADO(S): SEBASTIÃO BRAZ DE SOUZA
RELATOR: Desembargador ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO
REVISOR: Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

VOTO REVISOR:

A celeuma posta para deslinde repousa na já conhecida interrupção do fornecimento de energia elétrica por parte da CELPE sob o argumento de inadimplência do Autor/Apelado.

O Autor/Apelado comprovou o pagamento do débito reclamado, pondo fim na alegação de inadimplência levantada pela companhia Apelante, restando, assim, injustificada a interrupção ocorrida, fato este que enseja a reparação do dano moral sofrido pelo Apelado, reparação esta que já se encontra pacificamente agasalhada em nossos Tribunais, inclusive o Superior.

Com relação ao *quantum* indenizatório, o juiz de piso fixou a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), valor que destoa da média aplicada nesta Câmara e, em razão da existência de Recurso Adesivo por parte do Autor/Apelado, a reprimenda merece ser majorada chegando ao patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), como vem sendo aplicado em casos análogos.

Andando nessa trilha, voto pelo improvimento do recurso intentado pela COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE e pelo provimento do recurso adesivo intentado pelo Autor SEBASTIÃO BRAZ DE SOUZA, em razão do que aumento o valor da indenização fixada no primeiro grau para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

É como voto.

Recife, 21/3/13


Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Revisor